Emigração Trabalhadores destacados recebem metade do valor mínimo exigido pela lei luxemburguesa

Explorados em obra do Estado luxemburguês

Alexandre Panda
sociedade@jn.pt

Aliciados para ir para o Luxemburgo com promessas de altos salários, muitos trabalhadores da construção civil portugueses deparam-se no local com uma realidade bem diferente. Vencimentos de 7,5 euros à hora, apesar de trabalharem numa obra do estado, quartos improvisados em garagens ou casas de banho que têm de servir para 22 operários. Com vergonha ou por falta de alternativas, vão ficando por lá até arranjar melhor. Mas não arranjam.

Ontem, a aflição vivida pelos emigrantes voltou a ganhar fôlego, com a transmissão de uma reportagem televisiva por um canal luxemburguês sobre escravatura moderna dos portugueses, em que foram relatados muitos casos de trabalhadores explorados.

José Cesário, Secretário de Estado das Comunidades, confirmou ao JN ter recebido queixas de trabalhadores com salários abaixo dos valores locais legais, mas afirmou desconhecer o caso concreto de portugueses explorados numa obra do estado luxemburguês, denunciado na reportagem da RTL.

O Sindicato da Construção já denunciou escravatura no Luxemburgo e na Bélgica. "Há situações catastróficas. As pessoas vêm com contratos negociados em Portugal que não respeitam a legislação luxemburguesa, e quando pedimos informação dizem que descontam o alojamento, o material, tudo", alertou Albano Ribeiro que denunciou ainda haver trabalhadores "abandonados no Luxemburgo, porque os salários não são pagos, e as pessoas ficam sem dinheiro para voltar".

Albano Ribeiro, do Sindicato da Construção Civil, já tinha denunciado casos

O sindicato luxemburguês LCGB denunciou, também, situações de exploração de portugueses recrutados por empresas de construção em Portugal para trabalhar no Luxemburgo. Casos em que os expatriados trabalham sete dias por semana e com salários muito abaixo do mínimo luxemburguês

A estação de televisão Luxemburguesa RTL emitiu, ontem à noite, uma grande reportagem sobre portugueses a trabalhar numa obra do Estado, nos caminhos de ferro, e onde recebem apenas 7,5 euros por hora. "Trata-se de escravatura moderna porque esses operários ganham apenas metade do que deveriam receber. São encaminhados para cá (Luxemburgo) para simplesmente serem explorados", adiantou ao JN, Deborah Ceccacci, uma das autoras da reportagem emitida pela RTL Télé Luxembourg. A mesma jornalista garantiu ter ficado surpreendida com o facto dos trabalhadores portugueses serem explorados precisamente por patrões portugueses. "Verificamos o caso de uma pequena empresa de construção que alojava os operários numa pequena divisão da própria casa com camas sobrepostas", explicou a jornalista. ●

Pormenores:

7,5

euros à hora. É quanto estão a ganhar alguns operários portugueses a trabalhar em várias obras públicas e privadas.

Caminhos de Ferro

●A reportagem da RTL detetou trabalhadores portugueses a ganhar 7,5 euros à hora, numa obra dos Chemin de Fer Luxembourgeois (Caminhos de Ferro).

12.5

euros à hora. É o valor mínimo legal que um operário da construção civil deve auferir no Luxemburgo.

Maioria do Norte

●Grande parte dos trabalhadores destacados no Luxemburgo são oriundos do Norte de Portugal, onde são recrutados com promessas de salários de dois mil euros.

Oferta de Escola terá uma nova disciplina

BÁSICO O Ministério da Educação e Ciência (MEC) vai dar início a um novo projeto no Ensino Básico, designado "Introdução à Cultura e Línguas Clássicas", no próximo ano letivo de 2015/16. Este será enquadrado na vertente curricular de "Oferta de Escola".

Esta componente terá, portanto, uma caráter opcional e poderá ser oferecida pelas escolas do 1º, 2º e 3º ciclos. Cada estabelecimento de ensino poderá estruturar, no âmbito da sua autonomia e de acordo com o seu projeto educativo, um projeto destes com conteúdos e finalidades já disponíveis no site da Direção-Geral da Educação. Os professores que pretendam lecionar esta matéria terão apoio formativo. Para o MEC, é importante "um conhecimento mais profundo da língua materna e das suas raízes".

LEONOR PAIVA WATSON

Consulta a docentes tem participação massiva

MUNICIPALIZAÇÃO A consulta feita esta semana aos professores no âmbito da municipalização/descentralização da Educação "está a ter uma participação massiva", avança Mário Nogueira, líder da Fenprof. "Em algumas escolas já votaram a totalidade dos docentes", acrescenta.

A pergunta que lhes foi colocada é se concordam ou não com a municipalização, isto é, com a transferência de algumas competências da área da Educação para as autarquias. Hoje, a partir das 18 horas, a Fenprof já adiantará uma projeção dos resultados; e amanhã vai apresentá-los, concelho a concelho. O objetivo é dar a conhecer a opinião dos professores num processo que "decorreu entre o Governo e as autarquias, sem estes terem sido alguma vez consultados", aponta. "Não se pode excluir os docentes de um processo destes. É preciso perceber-se qual a percentagem destes que, a nível nacional, concorda com a municipalização da Educação, e qual a percentagem que discorda", defende.

L. P. W.